


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

CAPÍTULO 15

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

CAPS Paulo Marcos Costa

São Gonçalo/RJ

<http://lattes.cnpq.br/4100574942750301>

Renata Fernandes de Oliveira

IPUB/UFRJ

Rio de Janeiro/RJ

<http://lattes.cnpq.br/931820477767763>

RESUMO: O presente manuscrito tem o objetivo de analisar o atual desinteresse por parte do Estado às populações periféricas e como este desinteresse é capaz de impactar na saúde dos indivíduos. Articularemos a relação da pobreza e atual desmonte das políticas sociais com o aumento de casos de depressão e ansiedade no Brasil, que têm se apresentado como os transtornos de maior prevalência nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Populações Periféricas. Políticas Sociais. Mistanásia. Saúde Mental. SUAS.

MENTAL HEALTH, SOCIAL VULNERABILITY AND CITIZENSHIP IN BRAZIL: FROM THE RIGHT TO LIFE TO MYSTANASIA

ABSTRACT: The present manuscript has the objective of analyzing the current disinterest on

the part of the State to the peripheral populations and how this disinterest may impact on the individuals' health. We will articulate the relation of poverty and current dismantling of social policies with the increasing cases of depression and anxiety in Brazil, which have been presented as the most prevalent disorders in recent years.

KEYWORDS: Peripheral Populations. Social Politics. Mystanasia. Mental Health. SUAS.

1 | A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988

No Brasil, a desigualdade social começou a ter atenção dos setores públicos somente a partir da década de 1930, na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, que reconheceu diversos direitos da classe trabalhadora (Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAPS, carteira de trabalho e salário mínimo). Neste período, aqueles que estavam desempregados permaneciam desprotegidos sem emprego ou lei que os amparasse, precisando recorrer à caridade de instituições religiosas e filantrópicas como única forma de garantir o mínimo para a sua subsistência e de seus familiares.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, foi criada uma nova Constituição Federal que melhor pudesse condizer com os novos tempos de democracia vividos no país. No que tange ao campo da Assistência Social, a Constituição traz uma inovação, recriando-a não mais como “benemerência aos incapazes”,

mas como direito de todo e qualquer cidadão que dela necessitar, além de caracterizá-la como dever do Estado, compondo o tripé da Seguridade Social (junto com a Previdência Social e a Saúde).

Com o reconhecimento da Assistência Social como política pública e direito do cidadão, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93), que trouxe princípios e diretrizes norteadores dessa política para todo o país. Dentre as novidades trazidas por esta nova lei estava a descentralização político-administrativa da Assistência Social, implicando a responsabilidade e participação de todas as esferas de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) em sua promoção.

Outro marco na LOAS foi a participação popular, isto é, a população é reconhecida como sujeito de direitos e potencialidades, capazes de dizer qual a sua realidade e autênticas necessidades. A partir de então, a população usuária passa a ser ouvida na construção da política de maneira participativa.

No entanto, conforme veremos a seguir, a Assistência Social continuou a “refletir os resquícios da velha assistência e seu conflito com as formas de organização do trabalho, obstaculizando o difícil caminho de realização de igualdade e justiça social pretendido pela Constituição Federal.” (CARVALHO, 2008, p. 41).

1.1 O que são os mínimos sociais?

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 1º, aponta como seu fundamento a dignidade da pessoa humana. A partir da Carta Magna, o Estado deve aprovisionar para seus cidadãos, com vistas a que todos vivam de maneira digna sem distinções de nenhuma espécie; os cidadãos devem ser protegidos em sua dignidade inviolável desde o início até o fim da vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 25, aponta os seguintes aspectos a respeito de condições dignas de existência:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar sua saúde, o seu bem-estar e o de sua família, especialmente para a sua alimentação, vestuário, moradia, assistência médica, e para os serviços sociais necessários, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A Declaração, que traz como foco a garantia dos direitos humanos, aponta necessidades comuns de sobrevivência de toda e qualquer pessoa, independentemente da cultura, região ou época em que se vive, assim como apontam Doyal e Gough (apud BARBOSA, 2003) em seus estudos acerca do que seriam “mínimos existenciais”. Segundo os autores, estas necessidades mínimas comuns seriam

Alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de

saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento família, na gestação e no parto. (DOYAL; GOUGH, apud BARBOSA, 2003, p. 61).

Apesar de diversos autores apontarem como necessárias para uma existência digna a contemplação de todas as esferas do ser humano (seja ela saúde, educação, segurança, etc.) e mostrarem os mínimos existenciais como algo muito mais complexo do que podemos enxergar à primeira vista, no Brasil, de acordo com Barbosa (2003), a mentalidade de mínimos sociais está atrelada ao Salário Mínimo, desde a sua instituição por Getúlio Vargas em 1940.

À época foi estabelecida uma comissão de estudos que pesquisava o valor da cesta básica, a chamada ração essencial, e quais seriam os gastos aplicados para este fim nos diversos recantos do país. Estabeleceu-se, assim, um teto de gastos para os trabalhadores, de maneira que poderiam ser submetidos à remuneração mínima. Segundo a autora, nem pouco (para que os trabalhadores não perdessem suas forças para continuarem produzindo), nem muito (para que não se reproduzissem em altos níveis).

No entanto, o valor do salário mínimo, atualmente, não representa o mesmo que era a ele atrelado em sua instituição na década de 1940. Isto porque, com o passar do tempo, o aumento da inflação e, conseqüentemente, do custo de vida, tornou-se desvalorizado e insignificante para cobrir as despesas da população. Apesar disso, não foram realizados novos estudos acerca dos gastos para os suprimentos de necessidades básicas e o reajuste do salário mínimo foi se tornando cada vez mais reduzido.

Para Pereira, (2006, p. 26) são distintos os termos mínimo e básico:

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem conotação de *menor, menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo *fundamental, principal, primordial* que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta.

A imprecisão das leis brasileiras a este respeito, no entanto, abre margem para diversas interpretações, tornando cada vez mais a Assistência Social uma política minimalista que, segundo Barbosa (2003), se contenta em prover o mínimo da sobrevivência, do respeito e da valoração humana. Cada vez mais a ideia de dignidade e valoração humanas têm sido deixadas de lado, trocando o necessário para a sobrevivência pelo mínimo existencial, o que torna cada vez mais precárias as formas de subsistência do povo, de maneira que subsistir e não perecer torna-se, para a classe trabalhadora, uma luta diária.

Vimos, portanto, que estamos diante de um padrão mínimo para a dignidade humana, em que a luta pela sobrevivência se torna o único imperativo para milhares de famílias. A dificuldade em obter o pão de cada dia distância qualquer possibilidade de

almejar a condição de cidadão. *A vida para estes torna-se mínima.* (BARBOSA, 2003, p. 59).

2 | MÍNIMOS SOCIAIS PARA QUEM?

A dignidade é algo que precisa ser promovido e continuado e, uma vez que o indivíduo está inserido na sociedade, alcançá-la por si só não é possível. Conforme constatamos anteriormente, cabe ao Estado a tarefa de governar de modo a cumprir as leis e tornar acessível ao cidadão a dignidade necessária à proteção de sua vida, mas as relações de poder e interesses de mercado fazem com que argumentos acerca de incapacidade econômica impeçam maior investimento nas camadas populares, levando-as à morte ou ao adoecimento precoce por falta de condições mínimas de existência, o que pode ser caracterizado com o conceito de eutanásia social¹.

Nesta ótica, aqueles que não se encaixam na ordem social devem ser os excluídos da sociedade, pois não vale a pena investir naqueles que são considerados culturalmente inferiores, degenerados, anormais, desencaixados, o que caracteriza o fazer viver e o deixar morrer, ou, conforme Agamben (2002), a dinâmica de uma ordem soberana que é capaz de matar, sem cometer homicídio. Para Bauman (2007), os pobres seriam estes excluídos da sociedade. Segundo o autor, eles se tornam uma espécie de ônus, já que não podem consumir e nem pagar pelos serviços que a eles e destinam. Não tendo, desta forma, o que esperar deles em troca, eles automaticamente tornam-se inúteis e indesejáveis, podendo, por isso, ser deixados de lado sem dificuldades.

Pensando nisso, Ricci (2017, p. 50-51) traz à tona o conceito de mistanásia:

A mistanásia é geralmente a morte do pobre, resultado de uma vida precária e com pouca ou nenhuma qualidade. É uma morte indireta, causada por abandono, omissão ou negligência social e também pessoal. (...) Uma solução “diabólica” e mais sutil para a questão do pobre que, na lógica neoliberal de mercado, são inúteis e estorvos, pois não consomem e ainda são destinatários de recursos públicos.

Segundo Carvalho (2008, p. 38), ainda é possível observar um hiato entre as políticas de trabalho e assistência social. Segundo a autora, “a ausência de um deles [trabalho] joga os indivíduos para o outro [assistência social], ainda que não possam ou não tenham direito à prestação”.

A relação entre trabalho e Assistência Social se torna excludente, uma vez que para acessar a assistência não pode estar inserido no mercado de trabalho, e vice-versa, o que acentua os níveis de pobreza e desigualdade. Nas previsões acerca da Assistência Social contidas na Constituição Federal de 1988 não vem mencionado o amparo às pessoas capazes ou inseridas no mercado, mas que não tenham acesso aos mínimos sociais através de um salário digno que seja compatível com suas necessidades e de suas famílias.

¹ “Refere-se, particularmente, ao risco permanente de morte antecipada e prematura nas camadas pobres da população por falta de condições mínimas de vida e de inadequado atendimento sanitário.” (RICCI, 2017, p. 44).

Desta forma, a Assistência Social continuou a ser política de provimento de mínimos sociais para prover a subsistência dos indivíduos. Longe de desempenhar o seu papel de garantir meios de existência digna ao cidadão e sua família, torna-se cada vez mais uma forma de fazer viver e deixar morrer as populações periféricas, pois dá a falsa impressão de que estão sendo vistas e as mantém inerte a qualquer reivindicação, através da naturalização promovida pela biopolítica.

2.1 A falta de investimentos que torna a assistência social brasileira uma política de (des)proteção social

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), em seu artigo 1º, traz o termo mínimos sociais, destacando a política de Assistência Social como garantidora de necessidades básicas da população sem, no entanto, pontuar o que seriam estas necessidades básicas, ou, ao menos, o que seriam os mínimos sociais que supostamente seriam supridos por esta política, abrindo precedente para que até mesmo entre os trabalhadores do SUAS a mentalidade de mínimo existencial que está posta na sociedade se sobreponha ao direito da garantia do necessário para a sobrevivência do trabalhador.

Não se pode desconsiderar os avanços obtidos a partir da década de 1980, no que tange ao direito à Assistência Social, nem tampouco o novo viés de direito trazido pela LOAS. Todavia, observamos que apesar destes avanços, pouco foi investido na área. Em seus estudos a respeito do Plano Plurianual (PPA) do governo Lula, no período de 2004-2007, Behring afirma que

O que se constata, é que no geral, apesar de algumas inovações, não existe um *salto de qualidade* em termos do aporte de recursos para a seguridade social, no PPA, mantendo-se a já sinalizada restrição fiscal e considerando impactos inflacionários e de aumento da população, bem como o aumento efetivo das vítimas do ajuste fiscal. Nesse sentido, a maior probabilidade é a de frustração das expectativas de mudança no campo da seguridade social e a permanência das tendências focalizantes e seletivas do período anterior. (BEHRING, 2010, p. 154).

A falta de investimentos no setor da Seguridade Social (e aqui destacamos a Assistência Social, foco do nosso estudo) termina por comportar políticas restritivas, na qual somente pessoas em extrema pobreza podem ter acesso de maneira mínima aos serviços².

Além disso, a Assistência Social não oferece proteção a nível de transferência de renda às camadas populares fora do nível de pobreza/extrema pobreza para que estas não venham a se enquadrar na mesma situação de restrições de direitos e acessos a bens e serviços que aquelas, caracterizando, assim, a Assistência Social brasileira, uma “política de pobres, para os pobres”, conforme aponta Behring (2010, p. 154).

² O valor *per capita* da variável recebida através do programa Bolsa Família é de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), destinados a famílias com renda até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) *per capita*.

3 I CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E MORTE/ADOECIMENTO EVITÁVEIS

Em meio à crise política e socioeconômica vivenciada nos últimos anos no Brasil, têm sido realizados cortes de gastos em série nos setores públicos responsáveis por assistir à população em suas necessidades de sobrevivência digna, trazendo ainda mais brasileiros de volta para a linha da miséria e indigência:

Gestores públicos e deputados debateram nesta quarta-feira (25), em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, estratégias para reverter os cortes orçamentários da Assistência Social para o exercício de 2018. O encontro foi promovido por três comissões: Legislação Participativa; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Seguridade Social e Família. Segundo a deputada Flávia Moraes (PDT-GO), uma das autoras do pedido de audiência, dos R\$ 900 milhões que estavam previstos, só constam R\$ 78 milhões para o setor. Na opinião da parlamentar, o corte compromete o avanço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e retoma o modelo do assistencialismo, onde prevalecia a distribuição de cestas básicas doadas à comunidade. (GAMA, 2017, s.p.).

Segundo Chioro, que chefiou a pasta [da saúde] entre 2014 e 2015, os cortes [na saúde] girariam em torno de R\$ 44 bilhões a R\$ 65 bilhões a menos para o SUS a partir do próximo ano [2017]. [Assim], não é possível manter programas básicos, como a atenção básica, vacinas, sangue, medicamentos, controle de doenças, SAMU, Santas Casas, UTI, diz. (SOUZA, 2016, s.p.).

Em 15 de dezembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95/16, que limita os gastos públicos em diversas esferas de atendimento à população por 20 anos, ou seja, até 2036. Dentre as medidas tomadas nesta emenda estão as vedações à realização de concursos públicos, exceto para as reposições de vacâncias; alteração de estrutura de carreiras que impliquem aumento de despesas; criação de cargos, empregos ou funções que impliquem aumento em despesas, dentre outros tópicos.

Verifica-se que além de diminuir postos de emprego e possíveis remunerações mais satisfatórias dos cargos públicos concursados, o governo realiza cortes nos setores de acesso aos direitos básicos para a sobrevivência da população pauperizada e desempregada.

Sem emprego, sem possibilidade de se reinserir no mercado devido ao corte de investimentos no setor, sem acesso a direitos básicos de sobrevivência digna também devido ao corte de gastos e aumento da taxa inflacionária e sem possibilidade de trazer sustento para si, ainda sob a ótica disciplinar do trabalho profundamente enraizada na sociedade biopolitizada, onde o próprio cidadão se culpabiliza pela situação em que vive sem enxergar a dimensão macro da realidade, mas somente a si e o que considera suas derrotas, iniciando o processo de subjetivação da questão social que leva o indivíduo a transtornos ansiosos e depressivos, como se fosse o responsável por não encontrar para si e sua família as almejadas condições dignas de existência.

A este respeito, Dan Chisholm (2017), especialista da OMS para assuntos de Saúde

Mental, em entrevista ao site *Estadão*, citou como um dos fatores responsáveis para casos de depressão no Brasil medidas socioeconômicas, como pobreza e desemprego, desigualdade e recessão. Não coincidentemente, o Brasil é o país com maior número de transtornos de ansiedade e depressão entre seus cidadãos. Em 2013, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade, e a depressão afeta 5,8% da população, o que significa a maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo e a quinta maior taxa de depressão.

Confirmando esta afirmativa, temos atendido, no âmbito da Proteção Social Básica, diversas pessoas com indícios de transtornos de ansiedade e depressão, alegando como principal motivo sua questão financeira, o desemprego e a falta de serviços básicos de manutenção da saúde, acesso a lazer e cultura, conforme veremos a seguir.

3.1 Como isso se dá na sociedade brasileira? Casos reais

1) Idoso. 60 anos.

Chega ao CRAS exaltado, com a respiração agitada, e se senta na cadeira de atendimento para realizar o Cadastro Único dos Programas Sociais, a fim de acessar o Programa Bolsa-Família. *“É pouco, mas é uma ajuda. Eu não tenho nada”*, afirma. Durante as perguntas a respeito de sua realidade socioeconômica, o idoso fica ainda mais exaltado e explica o motivo: *“É que eu fico nervoso de pensar na minha situação. Não tenho nada. Sou responsável pela minha família. Minha esposa nunca trabalhou e eu sempre fui o responsável pelas despesas da casa. Sempre fui responsável por ela. Agora estou com problemas de saúde e não posso fazer ‘bicos’ e, como nunca contribuí com a Previdência, não tenho nenhum auxílio. Não temos nada em casa. Dependo de ajuda de cesta básica da igreja. Eu não sei mais o que fazer. Nunca passei por isso! Já estou tomando calmante. O doutor do posto de saúde que me acompanha há algum tempo me receitou. Mas estou muito nervoso, estressado. Isto não sai da minha cabeça. Não sei mais o que fazer”*, repete.

O idoso reconheceu a necessidade de acompanhamento psicológico e foi encaminhado para tal. Além disso, comprometeu-se a ir a um médico especializado para verificar a necessidade de mudança de medicamentos.

2) Jovem, 28 anos.

A jovem solicitou inclusão no Cadastro Único dos Programas Sociais para ter acesso ao Número de Identificação Social (NIS) para isenção em taxas de concurso público e retirada da Identidade Jovem.

Durante a entrevista contou que sua situação de pobreza e subsistência sempre existiu. Na infância, seus pais a entregaram para outros parentes para que ela tivesse *“melhores condições de vida”*, já que eles eram vendedores ambulantes e viviam devendo contas de aluguel, luz, água, inclusive com eventuais cortes destes serviços em casa por falta de pagamento.

Sua família reuniu-se novamente apenas 10 anos depois, ainda com dificuldade

financeira, mas com um pouco mais de recursos que possibilitaram o aluguel de uma nova moradia. A jovem conta que sempre estudou e foi incentivada a estudar “*para ter um bom emprego e ajudar a família*”. De certa forma, sempre houve essa “*pressão*” por parte dos familiares e ela sentia o peso desta responsabilidade. Sempre estudou em colégio público, exceto na faculdade, quando conseguiu uma bolsa de estudos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) em uma instituição pouco conhecida, mas era a única oportunidade de realizar o seu sonho de cursar o ensino superior.

Ao se formar, a jovem se deparou com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e, apesar de ter cursado nível superior, não teve o sucesso com que sonhava, ou então era incentivada a aceitar “*um emprego que me desse estabilidade financeira*” (sic). Todos os empregos que conseguia ou não eram na sua área ou eram vínculos informais de trabalho, extremamente precários, com salários abaixo do valor de mercado.

Deparando-se com esta situação, a jovem relata: “*perdi a esperança de um futuro melhor e passei dia e noite a ver somente a minha derrota, tentando me conformar com uma vida de mínimo para a sobrevivência, esquecida pela sociedade*” (sic).

A partir de então, a jovem começou a ter incontidas crises de choro e foi diagnosticada com depressão e crise de ansiedade, sendo o tratamento inicial baseado em calmantes a cada duas horas (a jovem relatou que acordava de madrugada, de duas em duas horas, para tomar a medicação), além de antidepressivos, remédios para dormir e para sintomas que sentia no corpo, como dor nas articulações, cabeça etc. Além do tratamento medicamentoso, a jovem permaneceu em acompanhamento terapêutico. Contou que um ano após os primeiros sintomas, permanece ainda com o tratamento a base de antidepressivos e está se desligando dos demais medicamentos.

Além dos casos que escolhemos para ilustrar este artigo, no último ano atendemos, no âmbito da Proteção Social Básica, inúmeros outros casos de pessoas expressando elevados níveis de estresse por conta da ausência de renda e de recursos para a própria subsistência e de sua família.

4 | CONCLUSÕES

Apesar de a valorização da vida de cada cidadão ser o fundamento da legislação brasileira, o que temos visto é que a lógica neoliberal de mercado tem atropelado os direitos da população em vista do alcance de maiores lucros e busca desenfreada por maiores níveis de concentração de renda. Enquanto isso, uma parcela significativa da população sofre com as consequências desta lógica perversa que tira a liberdade de sobrevivência, ou seja, não dá ao indivíduo plenas condições de desenvolvimento e autonomia e troca pela necessidade de subsistência.

Através do biopoder, esta lógica vai pouco a pouco sendo sedimentada na população de forma a naturalizar as desigualdades e desvalorizar a vida, cada vez mais fazendo com

que a própria população se habitue a ver estatísticas e trate cada vida que se perde como números que pertencem a outras realidades.

Esquece-se que cada vida humana é única, portanto, não é algo que possa ser repetido e por isso, uma vez desperdiçada, para aquele ser humano que morre de fome, por falta de segurança pública ou de atendimento de saúde não há mais oportunidade, não há mais direito ou liberdade e poderia ser diferente se houvesse maior atenção às suas necessidades, que são tão humanas como a de qualquer outro cidadão.

Entendemos que quando um ser humano morre por falta de investimentos e má distribuição de renda, não morre apenas uma estatística. Morre um ser e sua singularidade, deixando um buraco e um lugar que nunca será preenchido na rede comunitária. Se visitarmos sua rede, descobriremos muitos outros que, como ele, está fadado ao mesmo destino e, apesar de muitos papéis terem sido preenchidos com uma lista de direitos e liberdades pretensamente assegurados, nunca se tornaram realidade em suas vidas.

Neste manuscrito colocamos os dados estatísticos em segundo plano, de maneira a aproximar a realidade das famílias brasileiras, para trazer visibilidade aos bastidores de suas vidas, seus sofrimentos e a forma como a população periférica tem vivenciado e assistido ao cenário de cortes de investimentos e as consequências que estes cortes têm gerado concretamente em suas vidas: Quantas outras famílias precisarão se separar por falta de condições mínimas para existir? Quantos outros trabalhadores precisarão passar por transtorno depressivo ou até mesmo morrer por culpabilização própria de uma situação que está para além da esfera subjetiva? Até quando assistiremos mortes mistanásicas na sociedade brasileira?

Enquanto profissionais de direitos humanos, temos a responsabilidade de olhar de maneira crítica a realidade que está posta e buscar alternativas de atuação a fim de assegurar que os nossos usuários saibam conhecer e reivindicar seus próprios direitos e necessidades, bem como trabalhar para que cada vez mais na sociedade brasileira sejam construídas novas possibilidades de existência, pautadas na defesa de direitos e justiça social, ampliando a cidadania e aprofundando cada vez mais a democracia.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, M. H. T. Um certo olhar sobre o desemprego na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. *Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 218-236.

BARBOSA, N. B. C. *Mínimos Sociais: Provisão para uma vida Mínima? A garantia do atendimento das necessidades básicas na política da assistência social e o benefício de prestação continuada: possibilidades e limites*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.

BAUMAN, Z. Welfare assediado. Sono forse io il custode di mio fratello? In: BAUMAN, Z. Homo consumens: Lo siamo inquieto dei consumatori e la miseria degli esclusi. Trento: Erickson, 2007. p. 85-86.

BEHRING, E. R. O Plano Plurianual do governo Lula: Um Brasil de todos? In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2010. p. 139-157.

BOSCHETTI, I. Assistência Social no Brasil: Um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª. ed. Brasília: UnB, 2003.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: Senado Federal, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Seção 1, p. 2.

CARVALHO, G. F. A assistência Social no Brasil: Da caridade ao Direito. 58f. Monografia (Bacharelato em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro. 2008.

CHADE, J.; PALHARES, I. Brasil tem maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo, diz OMS. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23/02/2017. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms,70001677247>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FONSECA, M. A. "Fazer viver e deixar morrer": as sociedades modernas e a tipologia de seus poderes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, out. 2000. p. 171-193.

GAMA, L. Para especialistas, cortes orçamentários comprometem Sistema Único de Assistência Social. Câmara dos Deputados, 25/10/2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/547189-PARA-ESPECIALISTAS,-CORTES-ORCAMENTARIOS-COMPROMETEM-SISTEMA-UNICO-DE-ASSISTENCIA-SOCIAL.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LÍRIO, S. O teto de gastos vai ferir de morte o SUS. Carta Capital, ago. 03/08/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/962/o-teto-de-gastos-vai-ferir-de-morte-o-sus>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MATOS, R. K. D. S.; VIEIRA, L. L. F. Fazer viver e deixar morrer: A velhice na era do biopoder. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34 n. 1, mar. 2014. p. 196-213.

PEREIRA, P. A. P. Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. P. Cidadania e (in)justiça social: Embates teóricos e possibilidades políticas atuais. In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2010. p. 98-116.

RICCI, L. A. L. A morte social: Mistanásia e Bioética. São Paulo: Paulus, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021